

SOCIOLOGIA – 2.^a SÉRIE/EM

A Recuperação é uma estratégia do processo educativo que visa à superação de dificuldades específicas encontradas pelo aluno durante a Etapa Letiva.

Trata-se de uma oportunidade para que o aluno possa desenvolver as competências e as habilidades contempladas nos componentes curriculares e, dessa forma, alcançar o desempenho esperado.

Segue abaixo a relação de Objetos de Conhecimento e Habilidades que serão verificadas na Avaliação de Recuperação.

OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
<ul style="list-style-type: none"> • Castas, estamentos e classes sociais. • Trabalho e produção 	<p>(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos e classes sociais diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços e contextos.</p> <p>(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.</p> <p>Competência de área 4 - Entender as transformações técnicas e tecnológicas e seu impacto nos processos de produção, no desenvolvimento do conhecimento e na vida social.</p> <p>H16 - Identificar registros sobre o papel das técnicas e tecnologias na organização do trabalho e/ou da vida social.</p> <p>H18 - Analisar diferentes processos de produção ou circulação de riquezas e suas implicações sócio-espaciais.</p> <p>H19 - Reconhecer as transformações técnicas e tecnológicas que determinam as várias formas de uso e apropriação dos espaços rural e urbano.</p>

➤ SUGESTÕES DE ATIVIDADES

1 – Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

TEORIA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

O sentido levado à atividade social, embora dotado de personalismo, é orientado pelo comportamento/conduita de outros. Freund (1987, p.90) destaca que a relação social é “o comportamento de uma pluralidade de indivíduos que, pelo conteúdo significativo de suas atividades, regulam sua conduta reciprocamente uns pelos outros”. Nesta direção, pode-se transpor as ponderações de Freund (1987) para as categorias da estratificação social, entendendo que o sentido levado pelos indivíduos às relações baseadas na estratificação são comuns e compartilhados, legitimando a hierarquia.

Existem diversas razões para se ingressar em uma relação de convívio, a qual é orientada por princípios referentes à estratificação e suas normas. O modo como os indivíduos estão organizados socialmente requer o compartilhamento de relações sociais, ou seja, o entendimento mútuo da coerência do esquema de estratificação faz com que o sentido de tais princípios seja comungado pela coletividade envolvida neste arranjo estrutural.

Assim, a estratificação é a maneira pela qual os indivíduos se reproduzem socialmente e, de acordo com Weber (1974), toda a discussão relativa à estratificação social requer, inicialmente, atenção ao conceito de poder. Entende-se “por poder a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação” (WEBER, 1974, p.211). Portanto, o modo de estruturação de qualquer ordem social influencia a distribuição de poder, econômico ou outro, dentro dos limites de cada sociedade.

A estrutura social não se organiza apenas ao nível econômico, mas também em termos do poder. Logo, não é somente o poder advindo de fatores econômicos que determina o tipo de estratificação social encontrado nas diversas sociedades, pois a luta pelo poder também é orientada pelas honras e prestígios sociais trazidas por ele. Existem contextos nos quais a honra é que está na base do poder político ou mesmo econômico.

Weber (1974, p.212) afirma que

[...] a forma pela qual as honras sociais são distribuídas numa comunidade, entre grupos típicos que participam nessa distribuição, pode ser chamada de “ordem social”. Ela e a ordem econômica estão, decerto, relacionadas da mesma forma com a “ordem jurídica”. Não são, porém, idênticas. A ordem social é, para nós, simplesmente a forma pela qual os bens e serviços econômicos são distribuídos e usados. A ordem social é, decerto, condicionada em alto grau pela ordem econômica, e por sua vez influi nela.

A estruturação do poder e a produção econômica possibilitam a classificação das sociedades e a avaliação do grau de mobilidade social encontrado nelas. Dessa forma, conclui-se que castas, “classes, estamentos e partidos são fenômenos da distribuição de poder dentro de uma comunidade” (WEBER, 1974, p.212), elementos esses que serão analisados a seguir.

CASTA

A reflexão em torno das castas remete-se ao exemplo imediato da Índia. O sistema de castas, com seus direitos e deveres envolvidos, é a instituição fundamental do hinduísmo, embora nem toda casta seja hindu, pois entre os maometanos e budistas também existem castas.

A determinação da posição social de cada casta é dada pela distância social e mágica em relação às demais, sendo uma configuração histórico-estrutural particular explicável quando se acentuam categorias analíticas como religião, cor, raça, linhagem, hereditariedade, ocupação. Todos esses preceitos predominam no pensamento e nas ações dos que vivem sob tal padrão de estratificação (WEBER, 1972).

Na conceituação de casta deve-se considerar os elementos sagrados e religiosos, além do conjunto de usos, costumes, símbolos, signos sociais e regras ritualísticas que fornecem o sentido mentado das ações e relações sociais. As castas possuem características típico-ideais definidoras, a saber: uso de instrumentos mágico-religiosos, costumes profundamente arraigados, preponderância da produção artesanal de bens e valorização da qualidade ao invés do lucro.

Na sociedade de castas a ação dos grupos está submetida à vontade divina e a conduta está prescrita por deuses, sendo que a socialização é feita por meio da coerção religiosa com a imposição da “vontade divina”. Há, ainda, um conjunto de normas e regras sociais relacionadas à comensalidade e padrões dietéticos. Os costumes são transmitidos de geração para geração sem alterações significativas em tal transmissão, tornando a casta, grosso modo, como uma espécie de protótipo invariável (WEBER, 1974).

As castas não são definidas pela existência de territórios fixos a cada uma delas, diferentemente das tribos e guildas, mas os membros vivem, em grande parte, segregados em vilas. Toda casta se subdivide em subcastas com posições sociais distintas. Não são associações políticas e sim associações sociais influenciadas por questões religiosas (WEBER, 1972).

A distinção entre elementos puros e impuros é essencial para a compreensão da distância entre castas. Com isso, uma série de pessoas e alimentos proibidos é tida como impura para determinadas castas, outra série de elementos são permitidos e, simultaneamente, puros. Em muitos casos, o contato físico entre castas hierarquicamente diferentes é considerado como um ritual poluidor. É por isso que

[...] uma completa fraternização das castas foi – e é – impossível, porque constitui um dos princípios das mesmas que deve haver barreiras, pelo menos ritualmente, invioláveis [...]. Se um membro de casta inferior apenas olha a refeição de um Brâmane, este fica ritualmente poluído (WEBER, 1972, p.144).

A impossibilidade de solidariedade e fraternização entre as castas ocasiona tensões enormes entre elas, com práticas reais de hostilidade e estranheza orientadas pelas posições sociais. Com isso, os hábitos das castas podem identificá-las enquanto um grupo fechado de status, como provam os casamentos e uniões realizados somente entre indivíduos de mesma origem dentro do sistema de castas. Não há mobilidade social via casamento ou via qualquer outro recurso, como são hereditárias, as posições de castas são determinadas pelo nascimento.

ESTAMENTO

Tal como as castas, os estamentos também não são definidos somente ao nível da apropriação econômica do poder. Categorias sócio-culturais como tradição, linhagem, vassalagem, honra e prestígio estão presentes na orientação das relações e das classificações de seus membros. Sendo assim, considerar os elementos citados é fundamental para a conceituação típico-ideal do estamento.

A sociedade estamental se efetiva pelos grupos de status, os quais são determinados por uma estimativa específica da honra e se estratificam pela usurpação dessa honraria, ditando regras quanto ao estilo/tom de vida aos pertencentes de um mesmo círculo. O Feudalismo seria um exemplo direto desse modelo de organização social (WEBER, 1974).

A estratificação dos estamentos relaciona-se com o monopólio de bens ou oportunidades materiais e ideais, ou seja, a propriedade torna-se uma regularidade que influencia as qualificações estamentais, garantindo restrições ao relacionamento social. “Essas restrições podem limitar os casamentos normais ao círculo de status e podem levar a um completo fechamento endogâmico” (WEBER, 1974, p.220).

O conjunto de direitos e deveres, inerente aos estamentos, fundamenta hierarquias. As distinções são mantidas por convenções ou leis que garantem aos grupos de status privilégios e monopólios. “Existe monopólio desde que o agrupamento impõe um fechamento, em limites variáveis, com vistas a aumentar as oportunidades de sua atividade contra os que ficam do lado de fora” (FREUND, 1987, p.115). Contudo, diferentemente das castas, a sociedade estamental permite, mesmo de modo bastante reduzido, algum nível de mobilidade social com ascensões verticais.

Os grupos de status se condensam em comunidades e são ou não contemplados com o status social. Aqueles que o possuem usufruem-no no presente por serem considerados “dignos” para tal, já os grupos com prestígio reduzido, entendem esse descrédito como uma dignidade posterior que Deus proverá.

O sentimento de dignidade que caracteriza os estamentos positivamente privilegiados relaciona-se, naturalmente, com seu “ser” que não transcende a si mesmo, isto é, relaciona-se com sua “beleza e excelência”. Seu reino é “deste mundo”. Vivem para o presente e explorando seu grande passado. O senso de dignidade das camadas negativamente privilegiadas naturalmente se refere a um futuro que está além do presente, seja desta vida ou de outra. Em outras palavras, deve ser nutrido pela crença numa “missão” providencial e por uma crença numa honra específica perante Deus (WEBER, 1974, p.222).

A noção de estima pelo trabalho acarreta desqualificação de alguns grupos entre as sociedades estratificadas via estamentos. Sendo assim, efeitos econômicos interferem na organização de tais sociedades, pois “a desqualificação frequente das pessoas que se empregam para ganhar um salário é resultado direto do princípio de estratificação estamental” (WEBER, 1974, p.224).

Segundo Weber (1974), a estratificação por estamentos tende a ser favorecida quando as bases da aquisição e distribuição de bens são mantidas de modo estável. Contudo, quando as transformações econômicas, advindas de processos tecnológicos, modificam a dinâmica de tais bases, a situação de classe (como apresentado a seguir) passa a ser evidenciada em relação aos grupos de status. “E toda diminuição no ritmo de mudanças nas estratificações econômicas leva, no devido tempo, ao aparecimento de organizações estamentais e contribui para a ressurreição do importante papel das honras sociais” (WEBER, 1974, p.226).

CLASSE

Diferentemente dos estamentos, não se pode entender classe como comunidade. A classe é definida por um número de pessoas que comungam, em suas oportunidades de vida, um mesmo componente causal específico. Esse componente é exclusivamente representado por interesses de cunho econômico da posse de bens, das oportunidades de renda, das condições do mercado de produtos e do mercado de trabalho.

Dessa forma, é criada uma mesma

[...] situação de classe, que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra classe refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontram na mesma situação de classe (WEBER, 1974, p.212).

A situação de classe é, então, definida pelo tipo de propriedade utilizada para a obtenção do lucro e pelos tipos de serviços oferecidos no mercado. Logo, as categorias básicas que a orientam são proprietários e não proprietários. Como o fator que cria a classe é um interesse econômico claro vinculado à existência no mercado, a “situação de classe, nesse sentido, é, em última análise, situação no mercado” (WEBER, 1974, p.214).

Simplificando, poderíamos dizer, assim, que as classes se estratificam de acordo com suas relações com a produção e aquisição de bens; ao passo que os estamentos se estratificam de acordo com os princípios de seu consumo de bens, representado por estilos de vida especiais (WEBER, 1974, p.226).

Weber (1991) também estabelece uma tipologia da classe, destacando três tipos singulares, tais sejam: a. Classe proprietária, na qual as diferenças de propriedades determinam a situação de classe. Existem classes proprietárias positivamente privilegiadas, detentoras de uma série de monopólios relativos à venda de produtos, à formação de poupança, à constituição de patrimônios, à possibilidade de se viver de rendas. Mas também são encontradas classes proprietárias negativamente privilegiadas, que se firmam como objetos de propriedade, como servos, devedores, pobres.

b. Classe lucrativa, possibilitada por meio da valorização de bens e serviços no mercado, pela direção da produção. Os que fazem parte da classe lucrativa positivamente privilegiada são empresários, comerciantes, agronegociantes, industriais, banqueiros e profissionais liberais como médicos, advogados e artistas. Já os trabalhadores qualificados, semiquilificados ou não qualificados, são considerados como pertencentes à classe lucrativa negativamente privilegiada. Entre os positivamente privilegiados e os negativamente privilegiados, tanto da classe proprietária, quanto da classe lucrativa, encontram-se as classes médias, formadas por indivíduos com pequenas propriedades ou qualidades de educação, camponeses, artesãos independentes, funcionários públicos ou privados.

c. Classe social, forjada por critérios pessoais ou geracionais. São membros desta classe a pequena burguesia e o proletariado (WEBER, 1991).

Por se tratar de uma construção típica ideal, as classes se convergem e garantem aos seus representantes o intercâmbio entre elas. Indivíduos da classe lucrativa podem também pertencerem à classe social. Aqui não há a fixação ou a rigidez de posições determinadas. O fluxo social entre uma classe e outra é possibilitado pela própria condução analítica weberiana.

Como a classe é definida, em última instância, por interesses econômicos, só existem lutas de classes de acordo com ações comunitárias de indivíduos em mesma situação de classe,

em busca de melhores acessos ao mercado. Ou seja, a guerra de preços, de salários, de produtos e condicionantes do mercado são os reais determinantes das lutas de classes (WEBER, 1974).

LEMOS, Marcelo Rodrigues. Estratificação social na teoria de max weber: considerações em torno do tema. **Revista Iluminar**. Ano IV. N. 9. 5 Nov/2012.

Questões

a) **EXPLIQUE** sociologicamente a seguinte frase do texto:

“Existem diversas razões para se ingressar em uma relação de convívio, a qual é orientada por princípios referentes à estratificação e suas normas.”

b) **IDENTIFIQUE** os pontos comuns e divergentes das seguintes especificações sociais:

- Castas
- Estamentos
- Classe

2 – Leia o capítulo 7 do livro de sociologia e **RELACIONE** o tema do capítulo ao texto de Marcelo Rodrigues Lemos, avaliando como o trabalho e a produção preestabelecem a estrutura social em vários momentos históricos.